

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

77.^a Reunião
(8 de maio de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 18 horas e 2 minutos.

Procedeu-se à discussão sobre a suspensão e retoma dos trabalhos da Comissão, tendo usado da palavra, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Nuno Encarnação (PSD), Rui Paulo Figueiredo (PS), Bruno Dias (PCP) e Sérgio Azevedo (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 2 minutos.

Srs. Deputados, vamos iniciar os nossos trabalhos.

A razão da convocação desta reunião prende-se com a necessidade de tomarmos uma decisão muito célere sobre a continuidade dos nossos trabalhos, tendo em conta que a próxima sexta-feira é o único momento de votações que temos antes de concluir o nosso prazo. Portanto, seja qual for a decisão que tomemos, ela tem de constar de uma proposta de deliberação a aprovar na próxima sexta-feira ao meio dia. Daí a necessidade de marcar a reunião hoje, ou seja, para que a Sr.^a Presidente possa receber a nossa proposta de deliberação e a possa incluir no guião atempadamente para que a deliberação seja tomada na sexta-feira.

O ponto de situação é o seguinte: o Sr. Deputado Sérgio Azevedo, enquanto Relator, fez o levantamento das necessidades que tinha em termos de transcrição e a estimativa que nos foi indicada pelos serviços apontava para que no final de maio esse pedido fosse satisfeito, o que permitiria ao Relator elaborar o relatório que seria entregue no dia 17 e retomarmos os trabalhos no dia 18.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista ficaram de apresentar também as suas necessidades em termos de transcrições, o que fizeram, considerando que — corrigir-me-ão se assim não for — querem a transcrição das suas questões e das respetivas respostas.

Foi pedida uma estimativa aos serviços da Redação que, numa primeira informação, consideravam só ser possível ter essas transcrições em meados de julho, mas foi-nos posteriormente comunicado pelo Sr. José

Diogo, que teve a gentileza de aqui vir, que com um esforço muito excecional e suspendendo até a transcrição de reuniões plenárias seria possível ter esse pedido satisfeito no final de junho.

Portanto, são estes os dados que temos em cima da mesa.

Ora bem, tudo visto e ponderado, creio que há uma linha vermelha para nós. Para que esta Comissão não caia no total desprestígio perante a opinião pública, penso que seria fundamental o relatório ser discutido e aprovado nesta sessão legislativa. Creio que não deveríamos, em caso algum, chegar ao final da sessão legislativa sem ter os trabalhos concluídos.

Nesse sentido, talvez me atrevesse a fazer a seguinte sugestão: considerando que o Relator tem condições para elaborar o seu relatório até 18 de junho, não retomariamos os nossos trabalhos nessa altura, uma vez que a transcrição solicitada pelo Partido Socialista ainda não estará concluída. Em todo o caso, sugeria que, se o Sr. Deputado entende que nessa altura já tem condições para propor um relatório, pudesse dar conhecimento da sua proposta de relatório aos Srs. Deputados, sem que os trabalhos sejam retomados, sendo que só seriam retomados, porventura, no início de julho, depois de já ter sido feita toda a transcrição solicitada pelos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Creio que, assim, conseguiríamos conjugar todas as manifestações de vontade, mas os Srs. Deputados pronunciar-se-ão e, se houver propostas alternativas a esta, tudo bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, gostava de saber qual é o último dia de Plenário. Coloco esta pergunta, porque acho que, depois de esta Comissão acabar, tem de ir a Plenário. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. Quanto ao último dia de Plenário, temos um falso último dia, que é o dia 12 de julho, porque há uma última sessão a 24 de julho. Ou seja, o Plenário interrompe a 12 e retoma a 24, sendo que esta sessão, normalmente, costuma ser para votações finais globais e não sei se haveria disponibilidade por parte da Conferência de Líderes para considerar também a discussão do relatório nessa sessão.

Portanto, os trabalhos normais terminam a 12 de julho. Se conseguíssemos fazer a discussão e a aprovação do relatório durante a primeira semana de julho, de 2 a 5 de julho, não seria inviável que pudesse ser agendada a discussão do relatório em Plenário para o dia 10, 11 ou 12.

Pausa.

A Dr.^a Ana Vargas está a chamar-me a atenção para uma disposição legal que refere que a apreciação em Plenário tem de ser realizada nos 30 dias seguintes à publicação do relatório, o que significa que tem mesmo de ser nesta sessão legislativa.

Acho que haverá condições para ser a 12 de julho. Se o relatório for aprovado na primeira semana de julho, pode ser agendado ainda em tempo útil.

Srs. Deputados, gostaria que se pronunciassem para tomarmos uma decisão.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, se cumprirmos, de facto, esse calendário, não temos problema algum de esperar pelas tais perguntas que o PS pediu para transcrever, mas na condição de que se discuta e arrume toda esta questão até dia 12 em Plenário. Não quero arriscar o dia 24, nem estar a fazer nenhum pedido extraordinário.

Se conseguirmos todos concordar que nessa primeira semana de julho fazemos a discussão e temos o Plenário na semana seguinte, não vejo problema. Mas tem de ter esta condicionante, evidentemente. Não quero depois nada de última hora que altere este tipo de condição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, não temos nada a opor à proposta do Sr. Presidente.

Desde que os serviços nos vão disponibilizando a transcrição das *Atas* à medida que as foram efetuando, não temos nada contra. Retomando, eventualmente, a 1 de julho, penso que entre o dia 1 e o dia 12 conseguiremos fazer isto. Ainda temos o dia 24, que seria mesmo a título excecional, mas acho que deveríamos ter o dia 12 como *deadline*.

De todo o modo, sempre alertámos ao longo deste ano para o atraso excessivo na transcrição das *Atas*. Várias vezes chamámos à atenção para esse facto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos tentar sistematizar.

Lembro que há documentação que nos foi prometida e que ainda não foi recebida. Refiro-me à documentação prometida pelo Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro, que, segundo fomos informados, estará a ser organizada no seu gabinete e será enviada à Comissão. Se o não for, haverá uma diligência dos nossos serviços para que o seja quanto antes.

Portanto, iríamos, então, assentar no seguinte: o Sr. Deputado Sérgio Azevedo facultará aos membros da Comissão uma proposta de relatório, sensivelmente por volta do dia 18 de junho, sendo que os nossos trabalhos

não serão retomados nessa altura. Os Srs. Deputados poderão ir lendo e apreciando o relatório e, eventualmente, elaborando propostas, se o entenderem. Retomaremos os trabalhos a 2 de julho, terça-feira, para a apresentação e discussão do relatório e de eventuais propostas, o que faremos nessa semana. Portanto, convocaremos uma reunião para o dia 2 de julho e depois prosseguiremos, eventualmente, nos dias 3, 4 e 5, se necessário, tendo como objetivo concluir na semana de 2 a 5 de julho a discussão e a aprovação do relatório.

Tem a palavra o Sr. Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de deixar apenas uma sugestão, no sentido de otimizar os trabalhos.

Uma vez que dia 2 é terça-feira, poderíamos reservar um período bastante alargado para a reunião, não só para a apresentação detalhada do relatório, que tem de ser formalmente feita em Comissão, como também para a apresentação de propostas, uma vez que é a ideia, ao longo destes 15 dias, é trazeremos propostas

Portanto, seria mais interessante termos logo um bom debate e depois, caso tivéssemos de convocar outras reuniões para os dias 3 e 4, estas poderiam ser mais ao final da tarde.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Reservaríamos a manhã e a tarde de terça-feira e depois veríamos, dependendo do andamento dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PS): — Sr. Presidente, gostava de colocar só uma pergunta que nem sequer chega a ser uma proposta.

Valerá a pena estipularmos, mesmo que a título informal e indicativo, um prazo para trabalharmos nessa terça-feira com base em propostas dos grupos parlamentares ou logo se vê nessa altura?

É que podíamos chegar a terça-feira, dia 2, já com propostas para trabalhar, em vez de decidirmos nessa altura.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, era essa a ideia. A razão de o relatório ser apresentado dia 18 é precisamente para que possa ser trabalhado pelos grupos.

O Sr. **Bruno Dias** (PS): — Não percebi qual a data para entrega das propostas.

O Sr. **Presidente**: — Creio que era útil que as propostas fossem entregues até dia 2. Ou seja, se não forem antes, que sejam apresentadas na reunião de dia 2, dia em que é apresentado o relatório.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, então, isso significa que a ideia que eu estava a suscitar não era o que estava considerado, porque uma coisa é entregarmos as alterações antes para as trabalharmos na reunião e outra coisa é levarmos as alterações para a reunião.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o problema com que estamos confrontados é que nenhum Deputado pode ser impedido de entregar propostas durante a reunião. Era, obviamente, vantajoso que os Srs. Deputados estivessem em condições de apresentar as suas propostas de alteração antes, até porque o Relator poderia decidir integrá-las e a discussão estava feita.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, era precisamente nesse sentido que eu falava numa possível marcação a título indicativo e por acordo para a organização dos nossos trabalhos.

Nós próprios não abdicamos, se for caso disso, de entregar propostas durante os trabalhos dessa semana, como é lógico, nenhum Deputado poderá ser impedido de o fazer, mas para facilitar os trabalhos e para melhor organização poderá haver caso de alguma antecedência neste assunto.

O Sr. **Presidente**: — Se os Srs. Deputados acharem que até dia 28 de junho há condições para esse efeito... Ou seja, podemos assentar que, sem prejuízo dos direitos regimentais de todos os Deputados, durante a discussão e até em resultado da discussão apresentarem propostas, se houver condições para que até dia 28 existam propostas que o Relator possa ponderar antes da reunião e, eventualmente, até aceitar, nesse caso integrando-as, isso era ótimo. Portanto, indicativamente, poder haver propostas de alteração ao relatório até ao dia 28 de junho.

Retomávamos, depois, dia 2 de julho, para concluirmos os nossos trabalhos e permitir que nos dias 10, 11 ou 12 pudesse ser agendada a discussão para Plenário. Portanto, dar-se-ia conta à Sr.^a Presidente e à Conferência de Líderes da necessidade desses agendamentos — aqui não se trata de conveniência, mas de um imperativo legal.

Srs. Deputados, pergunto se há acordo sobre isto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Azevedo.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Isto está a ser gravado, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Não sei, Sr. Deputado... Está.

Sr. Deputado Sérgio Azevedo, se não se importa, peço-lhe para repetir.

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, partindo do princípio que recebo propostas até ao dia 28, a minha questão é se posso no dia 1 resubmeter um relatório à Comissão já com a integração de algumas propostas alternativas para ser distribuído e discutido já no dia 2. Assim, poupava algum trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sugeria que toda essa troca de correspondência fosse feita através dos serviços, para haver segurança na informação, não haver extravios, informações cruzadas ou informações que sejam do conhecimento de uns e não de todos. Portanto, através dos nossos serviços, seria canalizada toda a informação.

Srs. Deputados, estamos, assim, em condições de suspender os nossos trabalhos até dia 2 de julho.

Aproveito para salientar que os pedidos de diligências por escrito, ou seja, aqueles que não precisam de ser deliberados e que, segundo a forma como temos trabalhado, despachamos oficiosamente, podem ser feitos até hoje. Pelo que se algum Sr. Deputado se lembrar ainda de alguma coisa, ainda está a tempo.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 18 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.